



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro
São Luís-MA, CEP 65020-070
(98) 2109-1000 - <http://huufma.ebserh.gov.br>

Projeto Básico - SEI

Processo nº 23523.007083/2022-88

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços Continuados de Prevenção e Combate a Incêndio, por meio de equipe de Bombeiros Civis e com disponibilização de equipamentos e de materiais de primeiros socorros, conforme exigências e especificações para atender as necessidades do Hospital Universitário do Maranhão - Filial Ebserh e seus anexos, conforme quantidades, especificações, obrigações e características mencionadas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A contratação deverá atender as 02 (duas) Unidades Hospitalares e os 08 (oito) anexos do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, a fim de prevenir e combater incêndios e atenuar possíveis danos materiais e resguardar a vida em caso de sinistros.

2. **JUSTIFICATIVA**

2.1. A presente contratação prende-se à necessidade de prover de maneira contínua a segurança preventiva e ostensiva da prevenção e combate a incêndio, pânico, atendimento emergencial de primeiros socorros aos trabalhadores, pacientes, prestadores de serviço e visitantes do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, além de atender às demandas da legislação vigente, no que se refere ao abandono de área, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, de modo a reduzir as consequências sociais, danos patrimoniais e ao meio ambiente em caso de sinistro, garantindo a integridade física das pessoas e a preservação das instalações.

3. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS**

3.1. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum de caráter contínuo, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos prestadores de serviços e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

3.2. A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços objeto deste Projeto Básico encontra amparo legal na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

4. **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

4.1. A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico encontra amparo nas legislações descritas abaixo, sem prejuízo de outras normas correlatas e suas alterações, constituindo-se como peça integrante e inseparável do procedimento licitatório:

Lei Municipal nº 6.227 de 31 de agosto de 2017 ([20658648](#))

Lei nº 11.390 de 21/12/2020 - Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado do Maranhão

Lei Federal nº 11.901 de 12/01/2009 ([20658820](#))

Norma Técnica NT 17/2021 do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão - Parte 1: Brigada de incêndio Orgânica ([20659127](#))

Norma Regulamentadora nº 23 - Proteção Contra Incêndios ([20659181](#))

Norma Técnica NBR 14.608/2021 - Bombeiro Civil - Requisitos e Procedimentos

Norma Técnica NBR 15.219/2020 - Plano de Emergência - Requisitos e Procedimentos

Norma Técnica NBR 14.276/2020 - Brigada de Incêndio e Emergência - Requisitos e Procedimentos

Norma Técnica NBR 16.820/2020 - Sistemas de Sinalização de Emergência - Projeto, Requisitos e Métodos de Ensaio

Norma Técnica NBR 16.877/2020 - Qualificação Profissional de Bombeiro Civil - Requisitos e Procedimentos

5. **TIPO E FORMA DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**

5.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de acordo com as necessidades estabelecidas neste Projeto Básico, observado o limite máximo do quantitativo de profissionais a serem disponibilizados.

5.2. Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e Convenções Coletivas de Trabalho respectivas.

5.3. O dimensionamento da Equipe de Bombeiro Civil dar-se-á conforme quadro abaixo:

ESTIMATIVA DE CUSTOS											
CATSER	ITEM	UND	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT. POSTOS	QUANT. FUNCIONÁRIO P/ POSTO	QUANT. FUNCIONÁRIOS	VLR POR FUNCIONÁRIO	VLR POR POSTO	VLR TOTAL MENSAL DOS POSTOS	VALOR TOTAL 12 MESES
25550	1	UN	BOMBEIRO 12 x 36 - DIURNO - 02 BOMBEIROS POR POSTO(Bombeiro Civil Classe I)	POSTO	6	2	12	R\$ 6.680,27	R\$ 13.360,54	R\$ 80.163,24	R\$ 961.958,88
			BOMBEIRO 12 x 36 - NOTURNO - 02 BOMBEIROS POR POSTO(Bombeiro Civil Classe I)	POSTO	3	2	6	R\$ 7.740,82	R\$ 15.481,64	R\$ 46.444,92	R\$ 557.339,04
			BOMBEIRO LÍDER 12 x 36 - DIURNO - 02 BOMBEIROS POR POSTO(Bombeiro Civil Classe II)	POSTO	1	2	2	R\$ 8.782,91	R\$ 17.565,82	R\$ 17.565,82	R\$ 210.789,84
					10		20			R\$ 144.173,98	R\$ 1.730.087,76

* As atividades desempenhadas pelo Bombeiro Civil Classe I e pelo Bombeiro Civil Classe II deverão atender ambas unidades (Presidente Dutra e Materno Infantil) e anexos.

5.3.1. Uma vez que se faz necessário o cumprimento da limitação de jornada de trabalho semanal estabelecida pela lei que regulamenta a profissão dos Bombeiros Civis, a saber, a Lei 11.901/2009, especificamente em seu Art. 5º, sugerimos a dinâmica de funcionamentos dos postos de trabalho a seguir, com o intuito de não ferir a legislação e ao mesmo tempo suprir a necessidade de cobertura de postos pelos profissionais objetos da pretendida contratação:

Dinâmica de Funcionamento dos Postos de Trabalho	
BOMBEIRO 12 x 36 - DIURNO	A contratada deverá garantir o pleno funcionamento de 06 (seis) postos de trabalho diariamente, de forma contínua, podendo haver redução destes pela metade aos Finais de Semana.

BOMBEIRO 12 x 36 - NOTURNO	A contratada deverá garantir o funcionamento mínimo de 03 (três) postos de trabalho diariamente, de forma contínua, podendo um deles haver redução da jornada para o período de Segunda a Sexta.
BOMBEIRO LÍDER 12 x 36 – DIURNO (Segunda a Sábado)	A contratada deverá garantir o funcionamento de 01 (um) posto de trabalho diariamente de forma contínua, pelo período de Segunda a Sábado.

- 5.4. **Para efeito deste Projeto Básico e conforme a Norma Técnica NBR 16.877/2020, as funções de Bombeiro Civil serão assim classificadas:**
- 5.4.1. **Bombeiro Civil Classe I** - as atribuições da ocupação de bombeiro civil (I) devem ser de pelo menos a execução de:
 - a) análise das situações que possam oferecer riscos para a vida;
 - b) procedimentos de abandono de áreas;
 - c) atendimentos de primeiros socorros e/ou atendimento pré-hospitalar de emergências médicas;
 - d) inspeção de segurança e prevenção contra incêndio e acidentes;
 - e) atendimentos e controle de incêndios;
 - f) seleção, inspeção e operação dos equipamentos e recursos materiais empregados nos atendimentos às emergências;
 - g) procedimentos operacionais empregados como padrão para os atendimentos às emergências.
- 5.4.2. **Bombeiro Civil Classe II** - as atribuições da ocupação de bombeiro civil (II) devem ser as mesmas do bombeiro civil (I), acrescida de pelo menos a execução de:
 - a) atendimentos de resgate técnico (por exemplo, resgate em altura, resgate em espaços confinados, resgate aquático, desencarceramento);
 - b) atendimentos de prevenção e controle especializado de incêndio (por exemplo, industrial, aeroportuário, marítimo, florestal);
 - c) atendimentos a emergências com produtos perigosos;
 - d) análise dos principais potenciais de danos ambientais por consequência de acidentes e/ou incêndios;
 - e) análise dos principais potenciais de perdas de propriedades por consequência de acidentes e/ou incêndios;
 - f) análise dos tipos de viaturas que podem ser empregadas e composição da tripulação de acordo com as ABNT NBR 14561 e ABNT NBR 14096;
 - g) procedimentos operacionais empregados como padrão para os atendimentos às emergências;
 - h) procedimentos administrativos de elaboração de relatórios e gestão de pessoas;
 - i) atividades de ensino de educação continuada para o público interno.
- 5.5. Além da supervisão das atividades do Bombeiro Civil Classe I, o Bombeiro Civil Classe II será responsável pela prevenção, organização, estrutura, coordenação, formação e treinamento destes profissionais.
- 5.6. O Bombeiro Civil Classe II assumirá, também, a responsabilidade de acompanhar e exercer as atividades, funções e responsabilidades a ele atribuídas no PPCI.
- 5.7. Incumbirá ao Bombeiro Civil Classe II revisar, atualizar e manter o estoque de materiais e equipamentos de uso dos Bombeiros Cívis, de acordo com o mínimo estabelecido neste Projeto Básico, acrescentando o que for necessário à execução dos serviços.
- 5.8. Os Bombeiros Cívis Classe II atuarão na prevenção e no combate a incêndios e exercerão a autoridade de comandar, orientar e fiscalizar a atuação dos Bombeiros Cívis Classe I.
- 5.9. A CONTRATADA deverá fornecer dentro de 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato, Materiais de Primeiros Socorros para uso dos Bombeiros Cívis em suas atividades, bem como Materiais de Salvamento, Ferramentas e Equipamentos descritos no Anexo I ([20655181](#)).
- 5.10. A CONTRATADA deverá fornecer Uniformes, Equipamentos de Segurança e de Proteção Individual (EPIs), Proteção Coletiva (EPCs), Ferramentas e Materiais necessários ao adequado desempenho das atividades profissionais contratadas, conforme Anexo I ([20655181](#)).
- 5.11. Os Bombeiros Cívis deverão dispor de aparelhos adequados de comunicação, por rádio ou telefonia celular, a serem fornecidos pela CONTRATADA.
- 5.12. A CONTRATADA deverá fornecer semestralmente treinamento à Brigada de Incêndio do HUUFMA, inicial e de reciclagem, atendendo os requisitos estabelecidos na ABNT NBR 14.276 - Brigada de Incêndio e Emergência.
- 5.13. Os materiais e equipamentos (extintores, mangueiras, combustível, etc) para realização da aula prática do treinamento da Brigada de Incêndio do HUUFMA serão disponibilizados pela CONTRATANTE.
- 5.14. Serão de responsabilidade da empresa eventuais aumentos no número de profissionais para cobrir os mesmos postos nos horários estabelecidos, em decorrência das restrições legais da carga horária de trabalho dos Bombeiros Cívis.
- 5.15. A atuação da empresa CONTRATADA compreende a execução dos serviços de segurança na prevenção e combate ao incêndio, evitando pânico e orientando no abandono da edificação, bem como, o desenvolvimento e manutenção de uma mentalidade prevencionista nas dependências da CONTRATANTE, por meio do fornecimento e atuação de equipe de Bombeiros Cívis, cuja composição está detalhada neste Projeto Básico.
- 5.16. Na jornada 12 (doze) horas por 36 (trinta e seis) horas, deverão trabalhar com jornada diária de 12 (doze) horas, com intervalo de 1 (uma) hora para almoço, todos os dias da semana (domingo a domingo), podendo, eventualmente, funcionar em horários fora de turno (pós expediente), mediante aprovação da Gerência Administrativa, e desde que respeitados o direito ao intervalo intrajornada e ao repouso semanal remunerado.
- 5.17. A prestação dos serviços de bombeiros cívís deverão ocorrer ininterruptamente em sábados, domingos e feriados.
- 5.18. O horário diurno será, preferencialmente, de 7 (sete) horas às 19 (dezenove) horas e o horário noturno será, preferencialmente, de 19 (dezenove) horas às 7 (sete) horas do dia seguinte.
- 5.19. O horário estabelecido para a prestação dos serviços da equipe poderá ser alterado a critério da CONTRATANTE, independente de termo aditivo, desde que obedecida a carga horária regulamentar e definida neste Projeto Básico.
- 5.20. As escalas, cargas horárias e respectivos horários de trabalho, deverão observar o disposto na Lei nº 11.901/2009 e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, se houver, não obstante ao atendimento à CLT.
6. **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 6.1. A localização, a área de abrangência, a distribuição, o horário de funcionamento e os serviços a serem realizados nos respectivos postos de trabalho estão disciplinados neste Projeto Básico.
- 6.2. A atuação de prevenção contra incêndios e salvamento em acidente ou intercorrência, se dará nas dependências de todo HU-UFMA, incluindo os Hospitais Presidente Dutra e Materno Infantil e os anexos, conforme segue:
- 6.2.1. **HOSPITAL PRESIDENTE DUTRA (HUPD)** - Rua Barão de Itapary, 227 - Centro - CEP 65.020-070 - São Luís - Maranhão
- 6.2.2. **HOSPITAL MATERNO INFANTIL (HUMI)** - Rua Silva Jardim, 215 - Centro - CEP 65.020-560 - São Luís - Maranhão
- 6.3. **ANEXOS**
- 1 - **Unidade de Oftalmologia**
Rua Silva Jardim, 93 - Centro - São Luís
- 2 - **Centro de Prevenção de Doenças Renais**
Rua Silva Jardim, 83 - Centro - São Luís
- 3 - **Centro de Pesquisas Clínicas - CEPEC**
Rua Alm. Tamandaré, 01 - Centro - São Luís

4 - Ambulatório LILIAN FLORES

Rua das Hortas, 120 - Centro - São Luís

5 - Ambulatório de Pneumologia e Dor - CASA DA DOR

Rua Barão de Itapary, 282 - Centro - São Luís

6 - Unidade de Urologia e Análises Clínicas (POSTO DE COLETA)

Travessa do Currupira, 47 - Centro - São Luís

7 - Ambulatório de Dermatologia e Cirurgia Bariátrica

Rua das Hortas, 114 - Centro - São Luís

8 - Núcleo do Fígado e Endocrinologia

Rua das Hortas, 239 - Centro - São Luís

6.4. O horário de funcionamento dos anexos é das 07:00 às 18:00 horas, de segunda à sexta-feira.

6.5. O horário de funcionamento dos Hospitais Presidente Dutra e Materno Infantil é de 24 horas, todos os dias.

6.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- a) quantitativo de usuários: aproximadamente 3.000 (três mil) usuários por dia em todo o complexo hospitalar;
- b) horário de funcionamento do órgão e horário em que deverão ser prestados os serviços: 24 HORAS;
- c) as inspeções deverão ocorrer de forma periódica conforme orientação do órgão, verificando todas as dependências e instalações e adotando, quando requerido, as providências necessárias para o correto desempenho das suas funções e responsabilidades.

7. PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A proposta de preço obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa dos serviços a serem executados, de forma clara inequívoca, fazendo constar ainda:

- a) prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a partir da abertura;
- b) Preço mensal e anual (especificando o valor por posto) para a prestação dos serviços em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casas decimais, e por extenso, compatíveis com os preços correntes no mercado;
- c) declaração de possuir instalações, aparelhamento técnico e pessoal devidamente treinado, adequados e disponíveis para a realização dos serviços objeto desta licitação;
- d) a composição dos custos da proposta deverá ser realizada a partir do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, extraído do sítio da Secretaria de Trabalho e devidamente Homologado, de responsabilidade de indicação por parte da vencedora a qual se encontra vinculada em função de sua atividade econômica preponderante, observada a Súmula nº 374 do TST e apontamentos constantes no item 37 deste Projeto Básico;
- d.1) A orçamentação da referida contratação usou pontos de referências extraídos da Convenção Coletiva de Trabalho SRT00322/2021, assinada entre a Federação Nacional dos Trabalhadores Bombeiros Cíveis e o Sindicato dos Bombeiros Cíveis do Estado do Maranhão, podendo esta ser utilizada como sugestão para composição da proposta a ser apresentada SEMPRE observando o caráter de Categoria Diferenciada dos profissionais a serem contratos, a real CCT/ACT que a vencedora e seus empregados se encontram vinculados e ao julgado do Tribunal Superior do Trabalho supramencionado.
- e) planilha de Custos e Formação de Preços, Planilha de Composição de Custo de Uniformes e Materiais e Planilha Consolidada, na forma dos ENCARTES deste Projeto Básico.
- f) declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local onde será executado a prestação dos serviços licitados, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato, a medida é necessária à adequada execução do objeto licitado, entendemos que é necessário uma representação física para atender eventuais demandas dos funcionários vinculados ao contrato visto o numeroso contingente previsto.

7.2. A licitante deverá apresentar devidamente preenchidas a Planilha de Preços Consolidada, Planilha de Composição de Custo de Uniformes e Utensílios e as Planilhas de Custos e Formação de Preços.

7.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto.

7.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na planilha de custos e formação de preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada alterar a composição de seus preços unitários.

7.5. Para composição da proposta deverão ser observados, no que couber, entre outros aspectos, todos os custos pertinentes à execução dos serviços, inclusive custos adicionais que repercutam direta ou indiretamente sobre a mão-de-obra utilizada, tais como: vale-transporte, vale alimentação ou outros benefícios legais concedidos; outros custos decorrentes de desempenho técnico, comercial, operacional; lucro praticado pela licitante; tributos e contribuições incidentes; despesas administrativas e operacionais.

7.6. O Licitante deve declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global ofertado pelo serviço.

9. REGIMES DE EXECUÇÃO

9.1. Contratação por Preço Global.

10. TIPO E FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

10.1. A Contratada deverá prestar serviços de acordo com as necessidades estabelecidas neste Projeto Básico, observado o limite máximo do quantitativo de profissionais a serem disponibilizados, conforme estabelecido anteriormente.

10.2. A Contratada deverá manter 01 (um) preposto na EBSERH-HUUFMA durante todo o período de vigência do contrato, com a atribuição de gerir as demandas sobre os funcionários da Contratada. Referida contratação não deverá gerar nenhum ônus adicional à Contratante.

10.3. O profissional designado como preposto deverá demonstrar capacidade gerencial e conhecimento em gestão de pessoas e informática, de forma a administrar a equipe disponibilizada pela Contratada e fornecer informações com presteza à equipe de fiscalização contratual.

10.4. As atribuições de recebimento de demandas pelo preposto visam descaracterizar qualquer relação direta de subordinação entre a Administração e os funcionários da Contratada.

10.5. A futura contratada deve promover sempre que possível curso de educação, saúde, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

10.6. Para o atendimento adequado das necessidades do HUUFMA, a empresa contratada deverá observar os procedimentos e descrição das atividades por categoria funcional (requisitos, EPI's e atividades típicas) descritos neste projeto.

11. DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS

11.1. As seguintes tarefas gerais devem ser observadas por todas as categorias:

11.1.1. Cumprir e fazer cumprir o código de conduta e o regimento interno, bem como as demais ordens da administração do EBSERH-HUUFMA;

11.1.2. Em caso de necessidade de passagem de plantão ou de substituição, comunicar as irregularidades ocorridas que deverão ser anotadas em livro de ocorrências, bem como entregar as chaves confiadas.

11.1.3. Observar as instruções disciplinares do local de trabalho;

11.1.4. Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, e ser assíduo ao trabalho;

11.1.5. Atender a todos com cortesia e presteza, prestando-lhes as informações pertinentes ao funcionamento do HUUFMA e do seu local de trabalho;

- 11.1.6. Cumprir as ordens superiores com zelo e dedicação, exceto quando manifestamente ilegais;
- 11.1.7. Conservar as dependências do seu local de trabalho em perfeito estado de boa apresentação;
- 11.1.8. Preservar os móveis e equipamentos utilizados no serviço, informando ao responsável qualquer eventualidade que observe;
- 11.1.9. Manter sigilo das informações a que tiver acesso;
- 11.1.10. Manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado para exercício de suas funções, não se afastando deste local, salvo em situações de absoluta necessidade;
- 11.1.11. Observar prazo estipulado para execução de suas tarefas;
- 11.1.12. Apresentar-se sempre com crachá;
- 11.1.13. Usar o uniforme estabelecido neste Projeto Básico e pela empresa, zelando por sua conservação e comunicando ao preposto a necessidade de reposição.
- 11.2. Competências Pessoais Desejáveis: Capacidade de trabalhar em equipe, demonstrar solicitude; segurança, controle emocional, criatividade, cordialidade, capacidade de organização, paciência, capacidade de localização, capacidade de identificar limites, capacidade de lidar com estresse, atenção ao detalhe, comunicação e agilidade.
- 11.3. A CONTRATADA deverá utilizar profissionais com o perfil indicado neste Projeto Básico para garantir a qualidade do resultado necessário, sendo utilizado como parâmetro a CCT do ano 2021 do Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado do Maranhão.
- 11.4. No ato de assinatura do contrato e em caso de homologação de CCT mais atualizada, poderá ser pleiteada a inserção de item no contrato que garanta o direito de repactuação à empresa a ser contratada.
- 11.5. São vedadas as seguintes condutas aos colaboradores lotados na EBSERH-HUUFMA:
- 11.5.1. Opor resistência injustificada à ordem e/ou orientação emanada pelo preposto;
- 11.5.2. Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;
- 11.5.3. Proceder de forma desidiosa;
- 11.5.4. Utilizar recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- 11.5.5. É expressamente proibida a circulação de profissionais sem identificação nas dependências da EBSERH-HUUFMA;
- 11.5.6. É vedado ao preposto o não cumprimento de solicitação e/ou orientação da equipe de fiscalização do contrato, bem como o não repasse das orientações recebidas aos prestadores de serviço.
12. **UNIFORME**
- 12.1. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados uniformes condizentes com as atividades as serem desempenhadas no órgão CONTRATANTE, sem qualquer repasse do custo para o empregado.
- 12.2. O uniforme do Bombeiro Civil deve atender as determinações da Nota Técnica NT 17/2021 do CBMMA.
- 12.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo (relação nominal, impreterivelmente assinado e datado por profissional), cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à fiscalização do contrato.
- 12.4. No ato da entrega dos uniformes aos colaboradores, caso seja necessário efetuar ajustes e consertos, estes deverão ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega, sendo que eventuais despesas deverão ser arcadas pela CONTRATADA.
- 12.5. Todos os itens dos uniformes (modelos, tecidos, etc.) deverão ser aprovados antecipadamente pela equipe da fiscalização contratual como medida de conformidade.
- 12.6. A apresentação dos uniformes deve ser reavaliada pela CONTRATADA, a fim de que proceda a substituição dos que não estão em boas condições.
13. **SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL**
- 13.1. A CONTRATADA deverá atender às recomendações expressas na Lei nº 6.514/1977 e Normas Regulamentadoras (NR) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria nº 3.214/1978, em especial as seguintes:
- a) NR 01 - Disposições Gerais.
 - b) NR 04 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT.
 - c) NR 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
 - d) NR 06 - Equipamento de Proteção Individual.
 - e) NR 07 - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional.
 - f) NR 09 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos.
 - g) NR 15 - Atividades e Operações Insalubres.
 - h) NR 16 - Atividades e Operações Perigosas.
 - i) NR 17 - Ergonomia.
 - j) NR 23 - Proteção contra Incêndios.
 - k) NR 25 - Resíduos Industriais.
 - l) NR 26 - Sinalização de Segurança.
 - m) NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.
 - n) NR 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados.
 - o) NR 35 - Trabalho em Altura.
- 13.2. Para os empregados da CONTRATADA que realizarem serviços em altura e em espaço confinado, nas dependências da CONTRATANTE, deverão emitir/elaborar anteriormente à execução das atividades: Permissão de Trabalho Especiais (PTE), Análise Preliminar de Risco (APR) e *checklist* das máquinas e equipamentos respeitando todas as orientações repassadas.
14. **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI**
- 14.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar para a equipe prestadora dos serviços, sem ônus para o CONTRATANTE, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), indispensáveis à execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, conforme Normas Regulamentadoras (NR) da área ministerial competente.
- 14.2. Todos os EPIs fornecidos devem possuir certificado de aprovação (CA) conforme Portaria MTE nº 3.214, de 08 de junho de 1978 - NR 06.
- 14.3. A CONTRATADA deverá entregar cópia da ficha de EPI de seus funcionários ao SESMT da CONTRATANTE, contemplando os seguintes itens: nome do funcionário, EPI entregue, data de entrega, número do certificado de aprovação e assinatura do empregado de cada item recebido.
15. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 15.1. Documentos complementares para a habilitação técnica:
- 15.1.1. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado(s) autenticado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
 - b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
 - c) Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados:

- I - A exigência de qualificação técnica por período não inferior a 03 (três) anos de experiência está embasada nas experiências vivenciadas em termos de execução dos serviços prestados por Contratadas anteriores onde a ausência de expertise em Serviços Técnicos acarretaram em prejuízos incomensuráveis à Instituição.
- II - Além disso, o tempo de adequação e aprendizagem e o alto nível de qualidade na prestação dos serviços são imprescindíveis em razão da estrutura física antiga, complexa e de grande porte do Hospital Universitário, onde circulam diariamente um número grande de pessoas.
- III - Ressaltamos ainda, que a contratada irá desempenhar papel fundamental quanto à segurança e resguardo da saúde e integridade física de pacientes, acompanhantes e funcionários de todo complexo hospitalar do HU-UFMA, bem como na preservação da integridade do patrimônio material da instituição, principalmente envolvendo equipamentos médicos de alto custo (ressonâncias magnéticas, tomógrafos, microscópio eletrônico, servidores de rede, etc.). No caso da ocorrência de algum sinistro, deverá ter experiência técnica necessária para agir de forma rápida e eficiente.

15.1.2. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:

- a) declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato;
- b) comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução do objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;
- c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:
- c1) quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;
- c2) quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

15.1.3. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins de comprovação de que trata a alínea “b” do subitem 15.1.2, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

16. VISTORIA TÉCNICA OU VISTORIA PRÉVIA

O HU-UFMA/EBSERH sugere aos licitantes interessados a realização de vistoria ao local onde serão executados os serviços, examinando as áreas, tomando ciência do estado de conservação, características e eventuais dificuldades para execução dos serviços.

a) EMPRESAS QUE OPTAREM EM EXERCER O DIREITO À VISITA TÉCNICA: As licitantes interessadas deverão se apresentar através de representante da empresa devidamente autorizado para realização da visita. A licitante será responsável pelo agendamento da visita junto a Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho do HU-UFMA/EBSERH, através de solicitação via e-mail: sost@huufma.br

“ASSUNTO: Agendamento de Visita Pregão XXX /2022

CORPO DO E-MAIL: Através deste a empresa _____, CNPJ _____ solicita o agendamento de visita referente ao Pregão HUUFMA N° XXX /2022, indicando o representante _____, documento de identificação _____.

Local, data; Assinatura, N° Identificação e Cargo do Representante Legal. "

O agendamento da visita técnica será confirmado pelo mesmo e-mail. Qualquer dúvida e esclarecimento referente à visita poderá ser realizada através dos telefones: (98) 2019-6504 no horário comercial. O prazo final para realização da visita será de até 02 (dois) dias úteis antes do prazo indicado para envio das propostas. Após a visita, a Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho do Hospital Universitário da UFMA emitirá Declaração comprovando a realização da Visita Técnica pela licitante.

- A Declaração de comprovação da visita deverá ser encaminhada junto com os documentos de propostas e anexos.

b) EMPRESAS QUE OPTAREM EM NÃO EXERCER O DIREITO À VISITA TÉCNICA: As licitantes que decidirem não exercer o direito à Visita Técnica deverão enviar à Comissão Permanente de Licitação/ HUUFMA declaração original assinada em papel timbrado da empresa com o seguinte texto:

“A empresa _____, CNPJ _____ declara que optou em não fazer a Visita Técnica referente ao Pregão HU-UFMA N° XXX /2022, assumindo o risco de uma avaliação menos acurada, não podendo, futuramente, opor-se contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

Local, data; Assinatura, N° Identificação e Cargo do Representante Legal. "

- A Declaração de opção de não exercer a visita técnica deverá ser encaminhada junto com os documentos de propostas e anexos.

17. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS / METODOLOGIA

17.1. AÇÕES DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO

17.1.1. Avaliar a organização, estrutura, coordenação, formação, treinamento e supervisão das atividades do Bombeiro Civil Classe I e II.

17.1.2. Elaborar, atualizar e executar o Plano de Prevenção contra Incêndio e Pânico - PPCI.

17.1.3. Elaborar e apresentar à CONTRATANTE os relatórios mensais dos serviços prestados.

17.1.4. Assessorar e orientar a Brigada de Incêndio do HU-UFMA.

17.2. AÇÕES DE PREVENÇÃO

17.2.1. Identificar e avaliar os riscos de incêndio e pânico existentes nas dependências do HUUFMA.

17.2.2. Conhecer, em profundidade, a técnica e tática para utilização dos equipamentos e sistemas de extinção de incêndio: mangueiras, extintores, etc.

17.2.3. Conhecer a localização dos extintores, caixas de incêndio, bem como, a ligação do conjunto de bombas de pressurização da rede de hidrantes.

17.2.4. Inspeccionar periodicamente os equipamentos de proteção contra incêndio e de rotas de fuga, comunicando ao fiscal do contrato e à Administração do HUUFMA, com a maior brevidade possível, as anormalidades detectadas.

17.2.5. Analisar com rapidez a situação e empregar os meios disponíveis para extinguir um incêndio.

17.2.6. Investigar a origem de qualquer anormalidade na edificação que seja indicio de principio de incêndio.

17.2.7. Comunicar ao Fiscal do Contrato, toda ocorrência anormal que verificar.

17.2.8. Apresentar ao Fiscal do Contrato, relatório formal das irregularidades encontradas, com propostas e medidas corretivas adequadas, verificando posteriormente a sua execução.

17.2.9. Testar periodicamente os equipamentos de combate a incêndio e afins.

17.2.10. Avaliar e acompanhar as atividades de risco.

17.2.11. Estar sempre em condições de auxiliar o CBMMA, por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais sobre o edifício e o evento, bem como, promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança.

17.2.12. Efetuar rondas diárias e esporádicas em todas as instalações dos edifícios, incluindo os anexos, para verificar a existência de possíveis problemas que possam representar eventuais riscos de incêndio.

17.2.13. Definir os procedimentos para a população em caso de sinistros e exercícios simulados.

17.2.14. Treinar periodicamente a população para o abandono da edificação, quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de emergência, por meio de exercícios simulados, palestras, estágios, cursos, etc.

17.2.15. Elaborar relatório mensal das atividades prestadas, apontando as irregularidades encontradas nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico, riscos identificados, emergências atendidas, exercícios simulados, treinamentos, etc.

17.3. AÇÕES DE EMERGÊNCIA

- 17.3.1. Identificar e avaliar a situação.
- 17.3.2. Acionar imediatamente o CBMMA.
- 17.3.3. Verificar a transmissão do alarme (onde houver) e auxiliar no abandono da edificação.
- 17.3.4. Combater os incêndios em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de materiais e equipamentos colocados pela CONTRATANTE à disposição da CONTRATADA.
- 17.3.5. Atuar no controle de pânico.
- 17.3.6. Prestar os primeiros socorros a feridos.
- 17.3.7. Interromper o fornecimento de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo, quando da ocorrência de sinistro.
- 17.3.8. Estar sempre em condições de auxiliar o CBMMA, por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais sobre a ocorrência, bem como promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança.
- 17.4. **EXERCÍCIOS SIMULADOS**
- 17.4.1. HUUFMA. A CONTRATADA deverá orientar e auxiliar a realização de exercícios simulados parciais e completos, seguindo cronograma e cenários estabelecidos entre a CONTRATADA em conjunto com o SOST do
- 17.4.2. Logo após cada exercício, a CONTRATADA deverá elaborar ATA (NBR 14.276/2020) na qual conste:
- a) data e horário do evento;
 - b) tempos de resposta;
 - c) tempo total gasto no atendimento do cenário preposto;
 - d) tempo gasto no abandono;
 - e) desempenho nos atendimentos de emergências;
 - f) atuação dos profissionais envolvidos;
 - g) desempenho da participação de todos os serviços de emergências envolvidos;
 - h) falhas e não conformidades de equipamentos;
 - i) falhas e não conformidades operacionais;
 - j) demais problemas levantados na avaliação e reunião;
 - k) recomendações de melhorias.
18. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 18.1. Além das obrigações resultantes da observância da legislação pertinente, são obrigações da CONTRATANTE:
- 18.1.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n.º 13.303/2016;
- 18.1.2. Disponibilizar instalações sanitárias e, quando possível e necessário, local para guarda de uniformes e outros pertences necessários para o bom desempenho dos serviços;
- 18.1.3. Proporcionar à CONTRATADA, as facilidades necessárias à boa prestação dos serviços;
- 18.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 18.1.5. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 18.1.6. Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, objeto da contratação, de forma a garantir que aqueles continuem a ser os mais vantajosos para a Administração;
- 18.1.7. O Fiscal do Contrato anotará em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:
- 18.1.7.1. Fiscalizar, atestar a qualidade dos serviços e produtos, inclusive sob o aspecto quantitativo e qualitativo, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas no contrato e seu respectivo Edital, Projeto Básico e Encartes;
- 18.1.7.2. Comunicar eventuais falhas na prestação dos serviços, cabendo à contratada adotar as providências necessárias;
- 18.1.7.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços, não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela prestação;
- 18.1.7.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidas;
- 18.1.7.5. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial: aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- 18.1.7.6. Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela contratada.
- 18.1.7.7. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhos na empresa contrata.
- 18.1.7.8. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus anexos, especialmente do Projeto Básico;
- 18.1.7.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 18.1.7.10. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 18.1.7.11. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 18.1.7.12. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 18.1.7.13. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- 18.1.7.14. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 18.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 18.1.8.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 18.1.8.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 18.1.8.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 18.1.8.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens
- 18.1.9. Efetuar os pagamentos devidos à contratada mediante a apresentação das respectivas faturas, devidamente discriminadas e atestados pelo FISCAL DO CONTRATO, através de créditos em conta corrente bancária, observando-se as disposições da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.
19. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1. Assumir a execução do serviço em até 05 (cinco) dias a contar da data de assinatura do contrato.

19.2. Executar os serviços objetos do presente contrato, obedecendo ao disposto no respectivo instrumento convocatório e seus anexos, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH e na Convenção Coletiva de Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes. A CONTRATADA deverá assumir todas as obrigações explicitamente relacionadas neste item, bem como pelas cláusulas geradas no Contrato, explícita ou implicitamente.

19.3. **Obrigações da apresentação de documentos:**

19.3.1. **No início da prestação dos serviços e em relação à mão-de-obra contratada para a execução:**

- a) fichas de registro de empregado;
- b) contrato de trabalho com a comprovação de gozo de férias em todo período;
- c) atestado de antecedentes criminais;
- d) atestado médico admissional e exames de saúde mental;
- e) carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, com as páginas de identificação, foto, salário e admissão;
- f) anotação na Carteira Nacional de Bombeiro Civil;
- g) declaração de opção pelo vale-transporte;
- h) termo de salário família;
- i) folha de ponto;
- j) comprovação de seguro de vida;
- k) comprovação de formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Bombeiro Civil, expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;
- l) plano de segurança para a unidade, detalhando os procedimentos operacionais e administrativos a serem adotados, sistemas de inspeções e equipamentos a serem utilizados para facilitar o desenvolvimento dos serviços contratados.

19.3.2. **Mensalmente, juntamente com a nota fiscal/fatura, e a qualquer momento, por solicitação do FISCAL DO CONTRATO:**

a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, por meio dos seguintes documentos:

1 - Protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

2 - Comprovante de Declaração à Previdência (GFIP);

3 - Guia da Previdência Social - GPS, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de reconhecimento bancário ou do comprovante emitido quando o reconhecimento for efetuado pela Internet;

4 - Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE).

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, por meio dos seguintes documentos:

1 - Protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

2 - Guia da Previdência Social - GPS, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de reconhecimento bancário ou do comprovante emitido quando o reconhecimento for efetuado pela Internet;

3 - Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE).

c) folha de pagamentos de salários do mês anterior;

d) recibo/comprovante de pagamento de salários do mês anterior;

e) recibo/comprovante do fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível;

f) listagem mensal com os nomes dos funcionários segurados e o respectivo comprovante de pagamentos do prêmio do seguro;

g) folha individual de presença;

h) recibo/comprovante de entrega de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, quando cabível.

19.3.3. **Em outras épocas:**

a) todos os documentos apresentados no início da prestação dos serviços deverão ser reapresentados para os casos de substituição;

b) comprovação, quando da rescisão contratual, do pagamento das verbas rescisórias ou de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho; até que ocorra tal comprovação, a Administração reterá a Garantia prestada;

c) aviso prévio;

d) convenções, acordos ou sentenças normativas;

e) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho - TRCT, com homologação;

f) atestado médico demissional;

g) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS;

h) cópia das Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS para verificação das devidas anotações, conforme a solicitação da Fiscalização do Contrato;

i) aviso prévio de férias em até 10 (dez) dias após a sua emissão;

j) recibo de férias até o início do gozo de férias;

k) escala de férias anual até a primeira quinzena de janeiro de cada ano. Deverá ser mantida a proporcionalidade mensal do quantitativo de funcionários em gozo de férias calculados pela seguinte fórmula: $VF = V / t$, Onde: VF = n.º de Bombeiros Civil de férias, V = n.º total de Bombeiros Civil do contrato, t = tempo remanescente para gozo de férias, em meses;

l) "livro de anotação de ocorrência e troca de jornada" para consulta da CONTRATANTE, sendo permitido que a mesma realize cópia em parte ou em todo conteúdo do livro;

m) informar à CONTRATANTE, de maneira formalizada, com protocolo, as eventuais substituições de Bombeiros Cíveis nos postos de trabalho em até 01 (uma) hora após a seu início. Este tempo será computado dentro do horário de expediente da CONTRATANTE, ou seja, das 08:00h às 17:30h.

n) bombeiros civis que estejam prestando serviços nas dependências da CONTRATANTE na forma de substituição (cobrindo férias, intrajornada e outras ausências), poderão ser incluídos na GFIP da CONTRATANTE desde que apresentada a documentação até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês de prestação de serviços e que prove que o funcionário cumpriu mais de 50% (cinquenta por cento) de seu trabalho mensal nas dependências da CONTRATANTE.

19.4. **DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

19.4.1. **Caberá à CONTRATADA:**

19.4.1.1. Cumprir fiel e integralmente o "Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre as partes;

19.4.1.2. Fornecer o alvará de funcionamento de empresa, expedido pelo Órgão Público competente, onde conste autorização para o funcionamento de atividades objeto deste processo licitatório;

19.4.1.3. Acatar, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação do trabalho;

- 19.4.1.4. Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nos respectivos postos relacionados nos locais e nos horários fixados na escala de serviço, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou a impossibilidade de assumir o posto conforme o estabelecido;
- 19.4.1.5. Fornecer até 02 (dois) uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, num intervalo não superior a 06 (seis) meses, conforme Anexo I - Uniformes, Equipamentos e equipamentos [\(10692573\)](#) deste Projeto Básico.
- 19.4.1.6. Assumir todo o ônus decorrente da aquisição dos itens relacionados no inciso anterior, não podendo ser reduzido de salários dos empregados, destacados ou cobrados da CONTRATANTE as despesas com aquisição de uniforme ou de qualquer equipamento básico, necessário ou inerente à prestação dos serviços;
- 19.4.1.7. Assumir todo e qualquer custo em relação a defeitos/avarias que vierem a ocorrer nos equipamentos fornecidos aos empregados, necessários ou inerentes à execução dos serviços;
- 19.4.1.8. Apresentar e manter seus empregados e prepostos em serviços devidamente uniformizados correndo as despesas por sua conta;
- 19.4.1.9. Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados com plaquetas de identificação devidamente autenticadas pela empresa com o prazo de validade de 06 (seis) meses e que contenha o nome do vigilante e demais informações pertinentes;
- 19.4.1.10. Registrar e controlar juntamente com o(s) servidor(es) indicado(s) pela Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- 19.4.1.11. Respeitar rigorosamente os horários de trabalho. Não será permitido avançar horários, cobrir intrajornada, fazer dobras.
- 19.4.1.12. Fiscalizar regularmente seus empregados designados para a prestação dos serviços e verificar as condições em que estão sendo prestados;
- 19.4.1.13. Efetuar a reposição da mão-de-obra nos postos em caráter imediato em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 19.4.1.14. Promover a suas expensas, reciclagem de dois em dois anos, a contar da data do término da formação ou última reciclagem do Bombeiro Civil, através de empresas de cursos devidamente autorizadas, apresentando à CONTRATANTE sempre que solicitado;
- 19.4.1.15. Providenciar de dois em dois anos, as suas expensas, a renovação dos exames de saúde física e mental dos Bombeiros Civil e apresentar comprovantes à CONTRATANTE, bem como qualquer outra determinação proveniente dos direitos trabalhistas por instrumentos legais garantidores do direito da categoria profissional;
- 19.4.1.16. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhistas vigente e de Convenção Coletiva, inclusive no que tange ao intervalo para a refeição e descanso;
- 19.4.1.17. Recrutar e selecionar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com as qualificações mínimas e em legislação específica, fornecendo relação nominal dos selecionados, devendo indicar a função, os endereços e residências, os horários de trabalhos e locais da prestação dos serviços;
- 19.4.1.18. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra entendida como inadequada para prestação dos serviços;
- 19.4.1.19. Inspeccionar os postos no mínimo 01 (uma) vez por mês em dias e horários alternados, sendo realizados, obrigatoriamente, pelo preposto, efetuando registro no Livro de Ocorrência;
- 19.4.1.20. Responsabilizar-se por seus empregados na prestação de serviços, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados;
- 19.4.1.21. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de formas metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto do serviço;
- 19.4.1.22. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de seus empregados das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 19.4.1.23. Indicar REPRESENTANTE e PREPOSTO para manter contato com a CONTRATANTE para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome, telefone e e-mail de contato. Estes terão a obrigação de reportarem-se quando houver necessidade, ao fiscal de contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, assim como deverão prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente todas as reclamações;
- 19.4.1.24. Não contratar empregados ligados por laços de parentesco até o 3º (terceiro) grau a servidores da CONTRATANTE;
- 19.4.1.25. Respeitar as estabilidade provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária);
- 19.4.1.26. Manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 19.4.1.27. Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato;
- 19.4.1.28. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;
- 19.4.1.29. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da prestação dos serviços;
- 19.4.1.30. Relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação de serviços;
- 19.4.1.31. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 19.4.1.32. Repor, no prazo máximo de 03 (três) dias, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;
- 19.4.1.33. Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade do CONTRATANTE ou de terceiros, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado;
- 19.4.1.34. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, devendo os materiais a serem empregados, quando for o caso, receberem prévia aprovação da CONTRATANTE, que se reserva ao direito de recusá-los, caso não satisfaçam aos padrões especificados;
- 19.4.1.35. Substituir sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificação por parte desta, em até 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam justificados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou interesse de Serviço Público;
- 19.4.1.36. Instruir a mão-de-obra quanto às necessidades de acatar as orientações do Preposto da CONTRATADA, inclusive quanto ao cumprimento de normas internas e de segurança e medicina do trabalho da contratante;
- 19.4.1.37. Assumir todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perda ou danos e indenização oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados pela CONTRATADA ou a relação de trabalho entre ela e sua mão-de-obra, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte da CONTRATANTE;
- 19.4.1.38. Fazer seguro de vida em grupo de seus vigilantes, conforme inciso IV do artigo 19 da Lei n.º 7.102/83, com apresentação da apólice à CONTRATANTE quando de sua contratação ou renovação;
- 19.4.1.39. Conceder férias aos seus empregados dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual, informado mensalmente à CONTRATANTE os nomes dos funcionários em férias;
- 19.4.1.40. Observar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01 de 19.01.2010;
- 19.4.1.41. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01 de 19.01.2010.
- 19.5. DAS OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS**
- 19.5.1. A CONTRATADA deverá orientar e instruir os seus empregados das obrigações operacionais dos serviços objeto deste contrato, da necessidade do preposto acatar as orientações da CONTRATANTE, incluindo quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho e ainda quanto a:
- 19.5.2. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nos postos das instalações onde houver prestação de serviços;
- 19.5.3. A proibição de retirarem-se dos prédios ou instalação da CONTRATANTE volumes ou objetos, sem a devida autorização da Fiscalização do Contrato;
- 19.5.4. Observar, cumprir e fazer cumprir as orientações operacionais e administrativas emanadas do órgão competente visando à conveniência e ao bom andamento do serviço;
- 19.5.5. Respeitar os mesmos procedimentos de identificação e de autorização de entrada para os empregados da CONTRATADA que não estejam de serviço ou que não estejam alocados à CONTRATANTE, mesmo em se tratando do(s) proprietário(s) da CONTRATADA;
- 19.5.6. Cumprir rigorosamente as escalas de serviço;
- 19.5.7. Não permitir que outras pessoas conheçam ou interfiram nos procedimentos de segurança;
- 19.5.8. Dar ciência ao Fiscal do Contrato de todas as ocorrências no serviço;

- 19.5.9. Preencher documentos relacionados com os serviços sob sua responsabilidade;
- 19.5.10. Zelar pela prestação do patrimônio da CONTRATANTE;
- 19.5.11. Prestar primeiros socorros, quando possível, a quem precisar, informando o fato, de imediato, ao seu respectivo encarregado para o acionamento de unidade competente;
- 19.5.12. Cumprir as normas e procedimentos vigentes no âmbito da CONTRATANTE;
- 19.5.13. Executar outras tarefas correlatas da mesma natureza e nível de complexidade, relacionadas às atividades;
- 19.5.14. Permanecer em seu local de trabalho no período determinado, somente ausentando-se quando autorizado pela autoridade ou em caso de emergência, comunicando o fato assim que possível a quem tenha competência para o recebimento de tal comunicação;
- 19.5.15. Exigir sempre a transmissão clara e precisa das ordens de serviços;
- 19.5.16. Não realizar troca de posto ou serviço sem autorização expressa;
- 19.5.17. Permanecer constantemente atento ao serviço, observando e fiscalizando todas as movimentações suspeitas;
- 19.5.18. Portar crachá de identificação de acordo com as normas estabelecidas pela CONTRATANTE;
- 19.5.19. Conduzir-se com urbanidade e educação, tratando a todos com respeito, procurando atender ao público e aos servidores da CONTRATANTE com atenção e presteza;
- 19.5.20. Manter a devida discrição e comportamento reservado a respeito das atividades de seus postos de trabalho;
- 19.5.21. Realizar rondas periódicas durante o turno de serviços conforme procedimentos e rotinas de trabalhos estabelecidos pela CONTRATANTE;
- 19.5.22. Colaborar nos casos de emergência ou necessidade de evacuação das instalações, visando à manutenção das condições de segurança, conforme procedimentos e rotinas de trabalho estabelecidos pela CONTRATANTE;
- 19.5.23. Assumir o posto no horário regulamentar já uniformizado de posse dos acessórios e equipamentos necessários para o desempenho de suas atribuições;
- 19.5.24. Adentrar as áreas restritas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- 19.5.25. Não abordar autoridades ou empregados de outras áreas, para tratar de assuntos particulares ou de serviço, salvo quando devidamente autorizado pela sua chefia imediata;
- 19.6. **DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS, FISCAIS E DE CONDUTA**
- 19.6.1. Para execução do objeto deste contrato, além das obrigações dos parágrafos anteriores, a CONTRATADA deverá:
- 19.6.1.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 19.6.1.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- 19.6.1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- 19.6.1.4. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto da licitação;
- 19.6.1.5. Fornecer à CONTRATANTE, juntamente com a fatura mensal, os documentos abaixo relacionados, bem como outros exigidos pelo Fiscal do Contrato, referente aos seus empregados e substitutos alocados no serviço decorrente do contrato:
- a) Comprovação de pagamentos da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondente ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do §5º do art. 31 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991;
 - b) Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social – GFIP – documento completo;
 - c) Guia de Recolhimento do INSS (GPS);
 - d) Conectividade Social;
 - e) Planilha com relação dos tomadores de serviços da CONTRATADA;
 - f) Comprovação de cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;
- 19.6.1.6. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:
- a) salários;
 - b) seguros de acidente;
 - c) taxas, impostos e contribuições;
 - d) indenizações;
 - e) vales-transportes;
 - f) vales-refeições;
 - g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo.
- 19.6.1.7. Manter o(s) seu(s) funcionário(s) sujeitos às normas disciplinares da Contratante, porém sem qualquer vínculo empregatício com o Órgão;
- 19.6.1.8. Manter em local acessível aos seus funcionários caixa de primeiros socorros contendo materiais para curativo e medicamentos;
- 19.6.1.9. Manter, ainda, os seus funcionários identificados com crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que for considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Contratante;
- 19.6.1.10. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou do acompanhamento pela Contratante;
- 19.6.1.11. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados no recinto da Contratante;
- 19.6.1.12. Responsabilizar-se pelo fornecimento de uniformes completos para seus empregados para uso durante a execução dos serviços, sendo os mesmos de primeira qualidade e em quantidade suficiente, os quais deverão ser trocados a cada 06 (seis) meses, resguardado à Contratante exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação;
- 19.6.1.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- 19.6.1.14. Credenciar, junto à Contratante, funcionário do seu Quadro Administrativo para, em dias definidos e em horário que não comprometa a perfeita execução dos serviços, proceder, nas dependências do Hospital Universitário, em local indicado pela Administração, à distribuição de contracheques, vales-transporte, vales-refeições e outras responsabilidades da Contratada, bem como esclarecer e tomar providências imediatas quanto às dúvidas e solicitações dos seus funcionários e do executor do contrato;
- 19.6.1.15. Submeter à fiscalização da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HUUFMA, a relação de empregados, inclusive substitutos eventuais, acompanhada da respectiva identificação;
- 19.6.1.16. Comprovar a qualquer tempo, perante a Contratante, os vínculos empregatícios mantidos com seus empregados, mediante exibição de suas Carteiras de Trabalho, de Previdência Social e de Saúde, além do atestado de sanidade física e mental, devidamente anotadas e atualizadas;
- 19.6.1.17. Indicar à Contratante o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao órgão/executor incumbido da fiscalização do contrato;
- 19.6.1.18. Assumir inteira responsabilidade por danos ou desvios causados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato;

- 19.6.1.19. Comunicar verbal e imediatamente, ao executor do contrato, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e no menor espaço de tempo possível, reduzir a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias necessários ao esclarecimento dos fatos;
- 19.6.1.20. Cumprir as instruções complementares do executor do contrato, quanto à execução e horário de realização dos serviços, bem como da permanência e circulação de seus empregados no Prédio da Contratante;
- 19.6.1.21. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos, mantendo os respectivos comprovantes à disposição para verificação pelo executor do contrato;
- 19.6.1.22. Empregar pessoal habilitado para a execução dos serviços, observada a qualificação mínima exigida neste Projeto;
- 19.6.1.23. Fornecer aos seus empregados curso e/ou treinamento necessários à boa execução dos serviços e fora do expediente normal de trabalho;
- 19.6.1.24. Substituir os empregados faltosos, bem como, os que não se apresentarem devidamente uniformizados e com crachá, observando a qualificação necessária e o horário a ser cumprido;
- 19.6.1.25. Apresentar o(s) empregado(s) substituto(s) em até 01 (uma) hora após a comunicação, devidamente uniformizado(s) e portando crachá(s) de identificação;
- 19.6.1.26. Enviar à Contratante a escala de férias do pessoal contratado;
- 19.6.1.27. Substituir os empregados, por solicitação da Contratante, de forma a adequá-los a sua especialidade, bem como aqueles cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica e ao interesse dos serviços, sempre que exigido, independentemente de apresentação de motivos;
- 19.6.1.28. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 19.6.1.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 19.6.1.30. Instruir seus empregados, quanto à prevenção de incêndios da Administração;
- 19.6.1.31. Registrar e controlar, juntamente com o responsável da Administração pelo serviço, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, independentemente da colocação de “relógios de ponto” nos locais determinados pela Administração, bem como as ocorrências havidas;
- 19.6.1.32. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 19.6.1.33. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HUUFMA e seus anexos.
- 19.6.1.34. Fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida;
- 19.6.1.35. Não repassar os custos de qualquer um desses itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;
- 19.6.1.36. Rever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 19.6.1.37. Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 19.6.1.38. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma;
- 19.6.1.39. Atender de imediato às solicitações quanto à substituição da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- 19.6.1.40. Instruir seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 19.6.1.41. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação de serviços;
- 19.6.1.42. Inspeccionar os Postos de serviços, através de seus supervisores, no mínimo 01(uma) vez por semana, em dias e períodos alternados, elaborando “registros de inspeção” a ser entregues ao setor competente.
- 19.6.1.43. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE;
- 19.6.1.44. Apresentar escala de trabalho mensal antes do início de cada mês, constando o nome completo e horário de trabalho dos vigilantes;
- 19.6.1.45. Apresentar a CONTRATANTE mensalmente junto com a Nota Fiscal, além da relação de frequência de todos os postos, cópia da falha de pagamento, cópia da GEFIP e cópia de recolhimento de todos os encargos devidos.

20. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 20.1. Não será permitida a subcontratação de todo ou de parte do serviço objeto desta licitação;

21. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

22. **FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 22.1. O HUUFMA deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de representantes especialmente designados, na forma do art. 102 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

- 22.2. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

- I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
- II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;
- III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
- IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e
- V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

- 22.3. O HUUFMA designará por meio de Portaria o(s) representante(s) que irá(ão) realizar a fiscalização dos serviços prestados, que irão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso.

- 22.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do HUUFMA ou de seus agentes e prepostos.

- 22.5. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

23. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são conforme disciplinado no edital.

- 23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo prestador de serviço estão previstos no edital.
- 23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo prestador de serviço estão especificados no Item 15 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA deste Projeto Básico.
24. **ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS**
- 24.1. A Contratante entende que, para o caso concreto do objeto em análise (Bombeiro Civil), não há necessidade de celebração de Acordo de Níveis de Serviço – ANS, em razão das seguintes justificativas:
- a) Para a adoção do Acordo de Nível de Serviço é indispensável que exista critério objetivo de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite à Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos conforme IN SLTI nº 05/17.
 - b) Na contratação do presente objeto existe a dificuldade de especificação de indicadores e instrumentos de medição, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis.
 - c) Todas as tarefas a serem executadas estão exaustivamente relacionadas no edital da licitação.
 - d) Não haverá emissão de Ordens de Serviço nem demanda por chamados.
 - e) A prestação do serviço não pode ser avaliada por determinada unidade quantitativa de serviço prestado ou por nível de serviço alcançado.
25. **DAS FATURAS DE PAGAMENTO**
- 25.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.
- 25.2. O pagamento somente será efetuado após o **atesto** pelo Fiscal(is) do Contrato, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados e será acompanhada dos demais conforme segue:
- 25.2.1. **Comproverantes de pagamento dos salários**, referentes ao mês anterior, juntamente com as **folhas de pagamento** ou **contracheques** e/ou outros documentos equivalentes, com as respectivas **assinaturas dos empregados** alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores;
- 25.2.2. **Comproverantes/guias de recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) do empregador e dos empregados** alocados na execução dos serviços contratados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição federal, **sob pena de rescisão contratual**, observada a obrigatoriedade de fornecer a **relação nominal dos empregados** a que se referem os recolhimentos;
- 25.2.3. **Comproverantes/guias de recolhimento** do FGTS **dos empregados** alocados na execução dos serviços contratados, referente ao mês anterior;
- 25.2.4. **Comproverante** da entrega dos **vales alimentação** e **transporte aos empregados** alocados na execução dos serviços contratados, **sem o que não serão liberados os pagamentos das respectivas faturas**;
- 25.2.5. **Comproverante do pagamento do 13º salário aos empregados** alocados na execução dos serviços contratados;
- 25.2.6. **Comproverante da concessão de férias** e correspondente pagamento do **adicional de férias aos empregados** alocados na execução dos serviços contratados, na forma da Lei;
- 25.2.7. **Encaminhamento** das informações trabalhistas **dos empregados** alocados na execução dos serviços contratados exigidas pela legislação;
- 25.2.8. Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
- 25.2.9. Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.
- 25.2.10. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.
- 25.2.11. Fica o HUUFMA autorizado fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.
- 25.2.12. A CONTRATADA necessita evidenciar em planilha acessória e de forma nominal e quantitativa relação de aderentes aos benefícios(auxílio creche, auxílio filho excepcional, plano de saúde, assistência odontológica e benefício social familiar) que deverão ser saturados / glosados de forma individualizada.
- 25.2.13. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o item 25.2.11 pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.
- 25.2.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará **pendente** até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o HUUFMA.
- 25.3. O documento de cobrança deverá conter ao menos:
- 25.3.1. CNPJ da Contratada conforme preâmbulo do Contrato;
- 25.3.2. Número do instrumento contratual dado pelo HUUFMA;
- 25.3.3. Descrição clara do objeto;
- 25.3.4. Período de faturamento;
- 25.3.5. Valor cobrado em conformidade com as condições contratuais pactuadas, discriminando valor unitário e valor total.
- 25.3.6. A Nota Fiscal ou fatura correspondente à prestação dos serviços deverá indicar o valor de retenção para a Previdência Social – INSS, Imposto de Renda, CSLL, PIS, COFINS e ISS com base na IN 1234/2012 da Receita Federal do Brasil, Manual do substituto tributário do imposto sobre serviços – ISS e Lei nº 9.711 de 20 de novembro de 1998.
- 25.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 25.4.1. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 25.4.2. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 25.4.3. Antes do pagamento, o HUUFMA realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, juntando os resultados ao processo de pagamento.
- 25.5. Serão efetuadas as seguintes consultas:
- 25.5.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 25.5.2. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
- 25.5.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 25.5.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- 25.5.5. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 25.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.
- 25.7. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 25.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 25.9. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 25.10. O HUUFMA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

25.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$
 sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$\left(\frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438$$

$$I = (TX) \quad I = 365 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

25.12. Haverá provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no Anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.

25.13. Os valores provisionados na forma item acima somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:

- 25.13.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- 25.13.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- 25.13.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- 25.13.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

26. **CONTA VINCULADA**

26.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Projeto Básico.

26.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

26.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

26.4. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

26.5. A movimentação da conta vinculada dependerá de autorização do HUUFMA e será feita exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

26.6. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 26.6.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 26.6.2. Férias e um terço constitucional de férias;
- 26.6.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- 26.6.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 26.7. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

26.8. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

26.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Projeto Básico que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

26.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

26.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

26.12. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

26.13. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

26.14. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

26.15. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

27. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO**

27.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual com vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração, nos termos do Art. 71, da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016.

27.2. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

27.3. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

27.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

- 27.4.1. O valor estiver acima do limite máximo fixado em ato normativo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços, para readequação ao referido limite;
- 27.4.2. A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos;
- 27.4.3. A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação
- 27.4.4. A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.
- 27.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

28.1.	Com fundamento nos artigos 82 e 84 da Lei nº Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
28.1.1.	Advertência;
28.1.2.	Multa de: <ul style="list-style-type: none"> a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na entrega ou execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso na entrega do objeto ou execução dos serviços, por período superior ao previsto no item anterior, limitado a 15 (quinze) dias subsequentes. Após o trigésimo primeiro dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; c) De até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida. d) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida. e) No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nos itens a, b e c, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7,5% (sete e meio por cento).
28.2.	Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
28.3.	Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
28.3.1.	Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
28.3.2.	Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
28.3.3.	Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados.
28.3.4.	Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
28.3.5.	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
28.3.6.	Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
28.3.7.	Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
28.3.8.	Não manter a proposta;
28.3.9.	Falhar ou fraudar na execução do contrato;
28.3.10.	Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.
28.4.	A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
28.5.	A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
28.6.	Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como a não manutenção das condições de habilitação e o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.
28.7.	Até que a Contratada comprove o disposto no item acima, o HUUFMA deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.
28.8.	As multas devidas e/ou prejuízos causados ao HUUFMA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia;
28.9.	Caso o HUUFMA determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
28.10.	O cálculo das multas poderá se basear na gradação prevista nas tabelas de infrações abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (em relação ao valor total do contrato)
1	0,06%
2	0,2%
3	0,3%
4	0,4%
5	0,6%
6	1%

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	PERMITIR A PRESENÇA DE EMPREGADO NÃO UNIFORMIZADO OU COM UNIFORME MANCHADO, SUJO, MAL APRESENTADO E/OU SEM CRACHÁ.	1	POR EMPREGADO E POR OCORRÊNCIA
2	MANTER FUNCIONÁRIO SEM QUALIFICAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	3	POR EMPREGADO E POR DIA
3	SUSPENDER OU INTERROMPER, EM SUA TOTALIDADE, OS SERVIÇOS CONTRATUAIS, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO.	6	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
4	SUBCONTRATAR O SERVIÇO.	6	POR OCORRÊNCIA
6	UTILIZAR AS DEPENDÊNCIAS DO HUUFMA PARA FINS DIVERSOS DO OBJETO DO CONTRATO.	5	POR OCORRÊNCIA
7	RECUSAR-SE A EXECUTAR SERVIÇO DETERMINADO PELA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO, SEM MOTIVO JUSTIFICADO.	4	POR OCORRÊNCIA

8	RETIRAR FUNCIONÁRIOS OU ENCARREGADOS DO SERVIÇO DURANTE O EXPEDIENTE, SEM ANUÊNCIA PRÉVIA DO HUUFMA.	4	POR EMPREGADO E POR DIA
9	RETER DOCUMENTOS PESSOAIS DE SEUS EMPREGADOS.	3	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
10	EFETUAR O PAGAMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS EM DESACORDO COM A PROPOSTA APRESENTADA OU DETERMINAÇÃO NORMATIVA, INCLUSIVE DAS CONVENÇÕES COLETIVAS APLICÁVEIS ÀS CATEGORIAS.	5	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
11	INDICAR PREPOSTO SEM TREINAMENTO, QUALIFICAÇÃO E/OU REMUNERAÇÃO COMPATÍVEIS COM A FUNÇÃO.	3	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
12	DEMORA INJUSTIFICADA NO ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES EMANADAS DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO.	2	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
13	CAUSAR DANOS, FALTAS E QUEBRAS DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA EM QUE SEUS COLABORADORES DEREM CAUSA.	4	POR OCORRÊNCIA

PARA OS ITENS SEGUINTEs, DEIXAR DE:			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
14	REGISTRAR E CONTROLAR, DIARIAMENTE, A ASSIDUIDADE E A PONTUALIDADE DE SEU PESSOAL.	1	POR EMPREGADO E POR DIA
15	SUBSTITUIR EMPREGADO QUE TENHA CONDUTA INCONVENIENTE OU INCOMPATÍVEL COM SUAS ATRIBUIÇÕES.	3	POR OCORRÊNCIA
16	MANTER A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ATUALIZADA.	2	POR ITEM E POR OCORRÊNCIA
17	CUMPRIR HORÁRIO ESTABELECIDO PELO CONTRATO OU DETERMINADO PELA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO.	4	POR OCORRÊNCIA
18	CUMPRIR DETERMINAÇÃO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO PARA CONTROLE DE ACESSO DE SEUS FUNCIONÁRIOS.	1	POR OCORRÊNCIA
19	CUMPRIR DETERMINAÇÃO FORMAL OU INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR DA EQUIPE DA FISCALIZAÇÃO.	4	POR OCORRÊNCIA
20	EFETUAR A REPOSIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS FALTOSOS.	4	POR EMPREGADO E POR OCORRÊNCIA
21	EFETUAR O PAGAMENTO DE SALÁRIOS, VALE TRANSPORTES, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, SEGUROS, ENCARGOS FISCAIS E SOCIAIS, BEM COMO ARCAR COM QUAISQUER DESPESAS DIRETAS E/OU INDIRETAS RELACIONADA À EXECUÇÃO DO CONTRATO NAS DATAS AVENÇADAS.	6	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
22	ENTREGAR O UNIFORME AOS FUNCIONÁRIOS NO PRAZO ESTIPULADO NO CONTRATO.	5	POR EMPREGADO E POR DIA
23	APRESENTAR, QUANDO SOLICITADO, DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.	6	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
24	ENTREGAR NO PRAZO OS ESCLARECIMENTOS FORMAIS SOLICITADOS PARA SANAR AS INCONSISTÊNCIAS E DÚVIDAS SUSCITADAS DURANTE A ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PELA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO.	4	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
25	OBSERVAR DETERMINAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.	6	POR OCORRÊNCIA
26	REGISTRAR A CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SEUS EMPREGADOS.	6	POR EMPREGADO E POR OCORRÊNCIA
27	FORNECER MEIOS PARA QUE SEUS FUNCIONÁRIOS CUMPRAM AS TAREFAS GERAIS OU ESPECÍFICAS PREVISTAS PARA CADA POSTO DE TRABALHO.	1	POR OCORRÊNCIA
28	FORNECER AOS EMPREGADOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANDO NECESSÁRIO.	4	POR EMPREGADO E POR OCORRÊNCIA
29	CUMPRIR AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DO HUUFMA.	2	POR OCORRÊNCIA
30	RECOLHER AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO FGTS.	6	POR EMPREGADO E POR OCORRÊNCIA
31	CUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DO EDITAL E SEUS ANEXOS NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MULTAS, APÓS REINCIDÊNCIA FORMALMENTE NOTIFICADA PELO ÓRGÃO FISCALIZADOR.	4	POR ITEM E POR OCORRÊNCIA;
32	INDICAR E MANTER DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO OS PREPOSTOS PREVISTOS NO EDITAL/CONTRATO.	3	POR OCORRÊNCIA
33	PROVIDENCIAR TREINAMENTO PARA SEUS FUNCIONÁRIOS CONFORME PREVISTO NA RELAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.	2	POR OCORRÊNCIA
34	FORNECER OS MATERIAIS E UTENSÍLIOS DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO NA QUANTIDADE E NOS PRAZOS ESPECIFICADOS NO PROJETO BÁSICO.	5	POR ITEM E POR OCORRÊNCIA;
35		2	POR OCORRÊNCIA

	CUMPRIR ROTINAS DE SERVIÇO, COMO ATRASOS OU INTERRUPÇÕES QUE A CONTRATADA VENHA DAR CAUSA.		
36	UTILIZAR OS EPI'S PELOS FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA.	4	POR EMPREGADO E POR OCORRÊNCIA

28.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), previsto na Lei nº 12.846/2013, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

28.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

28.13. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação serão previstas no Edital.

29. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

29.1. As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta dos recursos provenientes do Orçamento Geral da União, a cargo do HU-UFMA/EBSERH cujo elemento de despesa específico deverão constar nas respectivas notas de empenho e expressamente indicados no presente processo pela Divisão de Administração Financeira.

30. CUSTO ESTIMADO PARA OS SERVIÇOS

30.1. Para estimar o valor da execução dos serviços objeto deste Projeto Básico foi realizado a elaboração da Planilha de custo e formação de Preço, conforme previsto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, no valor global anual de **R\$ 1.730.087,76 (um milhão, setecentos e trinta mil oitenta e sete reais e setenta e seis centavos)**.

30.2. A estimativa de preços para a contratação deverá ser resumida e juntada aos arquivos eletrônicos disponibilizados pelo sistema ComprasNet aos licitantes.

31. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

31.1. A execução dos serviços no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA/EBSERH deverá ser iniciada em até 05 (cinco) dias a contar da data de assinatura do contrato., no endereço: determinado pela Unidade de Serviços Gerais, no horário devidamente acordado pelas partes.

32. REPACTUAÇÃO

32.1. Será admitida, por solicitação da Contratada, a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, de acordo com o artigo 12º do Decreto nº 9.507/2018, e com os dispositivos aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MP nº 5, de 26 de maio de 2017.

32.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão-de-obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

32.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

32.4. A repactuação não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

32.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

32.6. O aumento dos custos da mão-de-obra decorrente de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deverá ser integralmente repassado ao preço repactuado, exceto na hipótese descrita no subitem abaixo.

32.7. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

32.8. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

32.8.1. **Para a primeira repactuação:**

32.8.1.1. Para os custos relativos à mão-de-obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir do dia correspondente à data da vigência dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo à categoria profissional abrangida pelo contrato.

32.8.1.2. Para os custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir do dia correspondente à data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

32.8.2. **Para as repactuações subsequentes à primeira: a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação ocorrida ou preclusa.**

32.8.2.1. O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão-de-obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

32.8.2.2. Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

32.8.2.3. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Projeto Básico.

32.8.2.4. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido registrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha daquele instrumento devidamente registrado, sob pena de preclusão.

32.9. Ao solicitar a repactuação, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços contratados da seguinte forma:

32.9.1. Quando a repactuação se referir aos custos da mão-de-obra: apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato, acompanhado da demonstração analítica da variação dos custos.

32.9.2. Quando a repactuação se referir a insumos e materiais (UNIFORMES e EPI's), exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

32.9.3. Quando a repactuação se referir aos demais custos: Planilha de Custos e Formação de Preços que comprove o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

32.9.3.1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração.

32.9.3.2. As particularidades do contrato em vigência.

32.9.3.3. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

32.9.3.4. O órgão contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

32.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

32.10.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

32.10.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

32.10.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

32.11. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

32.12. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

- 32.13. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo HUUFMA para a comprovação da variação dos custos.
- 32.14. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 33. DA GARANTIA CONTRATUAL**
- 33.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério do HUUFMA.
- 33.2. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, o HUUFMA fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia. As parcelas retidas serão depositadas junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do HUUFMA.
- 33.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
- 33.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 33.5. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:
- 33.5.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 33.5.2. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 33.5.3. As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada;
- 33.5.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.
- 33.6. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do HUUFMA.
- 33.7. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
- 33.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 33.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 33.10. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo HUUFMA, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.
- 33.11. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos ao HUUFMA.
- 33.12. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.
- 33.13. Em caso de encerramento da vigência do contrato ou rescisão contratual, o HUUFMA reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 33.14. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 33.15. O HUUFMA não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
- 33.15.1. Caso fortuito ou força maior;
- 33.15.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 33.15.3. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- 33.15.4. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.
- 34. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
- 34.1. Os materiais a serem fornecidos deverão ser produzidos, armazenados e transportados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.
- 34.2. Os licitantes deverão apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, na forma do modelo constante do EDITAL deste Projeto Básico, após a abertura da sessão e conforme instruções dadas pelo agente de licitação. (Modelo da Declaração em anexo -[20658035](#))
- 35. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**
- 35.1. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
- 35.1.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no caput, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.
- 35.1.2. Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no caput.
- 35.1.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela Ebserh pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.
- 36. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**
- 36.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 36.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.
- 36.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- 36.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.
- 36.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.
- 36.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.
- 36.7. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
- 36.8. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.
- 36.9. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

36.10. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

36.11. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

36.12. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
- d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;
- e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
- f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;
- g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

36.13. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

36.14. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

36.15. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

36.16. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

36.17. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

- a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;
- b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

36.18. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

36.19. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

36.20. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

36.21. É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

36.22. Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

37. ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS/PROPOSTA

37.1. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS

37.1.1. O licitante deverá apresentar planilha de custos e formação de preços, de forma digital em formato excel com as respectivas fórmulas de cada item, com base no modelo apresentado ([20064049](#)), versando sobre todos os postos citados no item 5.

37.1.2. A planilha deve ser preenchida de acordo com as normas estabelecida na Instrução Normativa Nº 05, de 26 de maio de 2017, do MPOG, e suas alterações promovidas pela Instrução Normativa 07, de 20 de setembro de 2018.

37.1.3. Os valores devem ser preenchidos de acordo com a legislação vigente, observando-se a Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela empresa vencedora, registrada e vigente para o local onde serão realizados os serviços.

37.1.3.1. Tratando as categorias profissionais referentes a esta contratação de **“Categorias Diferenciadas”** (art. 511, § 3º, da CLT), em relação à indicação da CCT nos termos do subitem 33.1.3., a licitante deverá observar a norma coletiva firmada pelo sindicato laboral representante da respectiva categoria, observado o disposto na Súmula nº 374 do TST.

37.1.4. A empresa deverá atender ao salário estipulado na Planilha de Custos e Formação de Preços uma vez que estes são os preços praticados em mercado para a referida categoria, conforme observado através de pesquisas de mercado, acordos e convenções coletivas de trabalho e outras contratações de mesma natureza em âmbito regional que evidenciam a adequação da remuneração estabelecida para que haja a devida captação no mercado do profissional com a qualificação exigida.

37.1.4.1. Caso a proposta da licitante apresente salário inferior ao estabelecido no item 37.1.4, o Agente de Licitação fixará prazo para ajuste da proposta.

37.1.5. Caso a proposta da licitante apresente salário inferior ao piso salarial estabelecido no instrumento coletivo a que esteja obrigada, o Agente de Licitação fixará prazo para ajuste da proposta;

37.1.6. O não atendimento à solicitação do Agente de Licitação no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta;

37.1.7. Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Licitação;

37.1.8. O valor de auxílio transporte deve ser o levantado junto a prefeitura de cada município;

37.2. SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS:

37.2.1. Sub-módulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS:

- a) O Submódulo 2.2, alínea C - RAT - Risco de Acidente do Trabalho (máximo 3% - base legal - Anexo V Dec. 3048/99) e FAT – Fator Acidentário de Prevenção (variação de 0,5% a 2% - base legal: Dec. 6957/09).
- b) O licitante deve preencher o item 2.2 - C da Planilha de Composição de Custo e Formação de Preços com o valor do RAT de sua atividade preponderante e do seu FAT, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo, acompanhada do protocolo de envio de arquivos (conectividade social) e da folha de resumo das informações da Previdência Social, constantes no arquivo SEFIP, contendo número do arquivo (que deverá coincidir com o número do protocolo de conectividade);
- c) Em razão de a contratação incluir cessão de mão de obra, ainda que a licitante seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá preencher todos os dados da planilha de custos, inclusive os referentes às contribuições para o Sistema “S” e os tributos federais, conforme disposição do art. 17, inciso XI, da Lei Complementar nº 123/06 c/c Resolução CGSN RF nº 140/18 (art. 15, XXI) e Acórdão TCU Plenário nº 1914/12.

37.2.2. O LDI (Lucros e Despesas Indiretas) constante das planilhas de composição de custos e formação de preços deverá englobar o lucro e as despesas administrativas e operacionais, financeiras etc. (Acórdão 2.369/2011-TCU - Plenário) e ainda quaisquer outros custos e despesas não individualizados nas planilhas e inerentes à contratação.

Nota: Os custos com exames médicos, admissionais e demissionais dos empregados, devem estar previstos no custo indireto da empresa.

37.2.3. Caso a licitante, provisoriamente vencedora, preencha os itens com percentuais diferentes, a proponente será notificada para efetuar a devida correção ou reapresentação da proposta com suas devidas justificativas, sob pena de desclassificação da proposta;

37.2.4. Da tributação e encargos sociais:

a) O orçamento dos custos dos serviços foi estimado levando-se em consideração a empresa optante pelo Lucro Real.

b) Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme previsto nas Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU- Plenário n.º 2.647/2009).

b.1) A licitante deverá comprovar por meio de documentação hábil o seu regime de tributação, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS consignadas na planilha conferem com sua opção tributária.

b.2) Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

b.3) As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFDContribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.

b.4) Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento.

b.5) Caso a licitante não tenha recolhido tais tributos pelo regime de tributação de incidência não cumulativa no período anterior à data da proposta, a apuração do percentual médio efetivo pode ser realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda assim, apresentar os dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) referentes aos 12 (doze) meses anteriores à data da proposta.

c) As alíquotas referentes aos encargos sociais e tributos, informadas nas planilhas de custo e formação de preços, deverão ser necessariamente compatíveis com o regime tributário da empresa - Lucro real ou Lucro Presumido conforme legislação pertinente.

d) Não poderão ser computadas nas planilhas de custo e formação de preços as alíquotas referentes ao imposto de renda e CSLL em qualquer regime de tributação acima descrito, conforme decisão do TCU 950/2007.

e) As microempresas ME(s) e EPP(s), optantes pelo Simples Nacional, não poderão apresentar proposta com os benefícios advindos desta condição e, em caso de contratação, estarão sujeitas à exclusão obrigatória do Simples Nacional, em consequência da vedação constante do art. 18 § 5º da Lei complementar 123/2006.

f) A ME ou EPP contratada deverá comunicar sua exclusão à Receita Federal do Brasil, conforme previsto na resolução CGSN nº 140, de 24/05/2018. Após a assinatura do contrato, terá um prazo de 90 (noventa) dias para apresentar à Contratante cópias dos ofícios enviados à Receita Federal com a solicitação de exclusão do simples nacional, sob pena de rescisão contratual.

g) Caso as empresas sejam optantes do lucro real devem apresentar a média dos últimos 12 meses de recolhimento de PIS e CONFIS sendo estas as aceitas na composição do Módulo 06 da referida planilha.

37.3. SUBMÓDULO 2.3 DA PLANILHA - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

37.3.1. As propostas de preços das licitantes deverão consignar expressamente custos de Vale Alimentação e Vale Transporte no intuito de prover condições de sobrevivência, de alimentação, de deslocamento e de melhorias das condições de trabalho dos empregados. Não serão aceitos valores unitários inferiores aos estabelecidos nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho previamente indicado por aqueles.

37.3.2. Os demais benefícios deste submódulo devem ser concedidos conforme previsto no Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho firmado pelo sindicato laboral representante da respectiva categoria e a empregadora ou órgão de classe que a represente e, em caso de ausência deste, no instrumento coletivo que represente a empresa vencedora a partir do exercício pela maioria de seus empregados de sua atividade econômica preponderante, devendo ser comprovados os efetivos recebimentos, observada a Súmula nº 374 do TST.

37.3.3. Para o Auxílio Transporte foi considerado o custo da passagem de ônibus atual no valor de R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) para São Luís considerando o quantitativo médio de 13,04 dias trabalhados por mês por colaborador (em atendimento à limitação da jornada semanal estabelecida por lei), deduzido o desconto legal (Lei nº 10.854/2021).

37.3.4. Para o Auxílio Alimentação foi considerado o custo diário de R\$ 21,55 por dia efetivamente trabalhado. Os valores foram estabelecidos a partir dos valores atualizados praticados em contratos vigentes neste Nosocômio, pesquisas de mercado e Convenções Coletivas de Trabalho que abrangem as referidas categorias. Para o valor estimado foi considerado a mesma metodologia utilizada para o cálculo de dias do Vale Transporte.

37.3.5. No que tange aos benefícios estipulados em planilha e que possuem caráter opcional pelo trabalhador, a empresa deverá evidenciar mensalmente, em planilha acessória e de forma nominal e quantitativa, relação de aderentes aos referidos benefícios, havendo a glosa no faturamento do valor proporcional correspondente ao número de colaboradores informados em planilha.

37.3.6. Por se tratar de "Categoria Diferenciada", ou seja, profissão regulamentada por Lei, a empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, garantir ao empregado minimamente os aspectos estabelecidos na legislação no que tange à percepção de direitos.

Observação: A rubrica Plano de Saúde se trata de benefício opcional pelo trabalhador conforme excerto abaixo retirado da Convenção Coletiva de Trabalho - Cláusula Décima Segunda - Plano de Saúde: "O benefício aqui disposto não terá natureza salarial e não se integra ao contrato de trabalho para nenhum efeito, sendo a adesão opcional para o trabalhador." Em virtude disso, a empresa deverá evidenciar mensalmente, em planilha acessória e de forma nominal e quantitativa, relação de aderentes ao Plano de Saúde, havendo a glosa no faturamento do valor proporcional correspondente ao número de colaboradores informados em planilha.

38. RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

38.1. O presente Projeto Básico foi elaborado pela Unidade de Serviços Gerais do HUUFMA, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, parte integrante deste processo.

39. ENCARTES

39.1. Os seguintes encartes integram este Projeto Básico:

39.1.1. Encarte I: Planilha de Custos e Formação de Preços, Planilha de Uniformes e Material de Consumo ([23930524](#));

39.1.2. Encarte II: Anexo I - Uniformes, Equipamentos e Materiais ([20655181](#));

39.1.3. Encarte III: Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública ([20656797](#));

39.1.4. Encarte IV: Autorização para criação de conta vinculada para a quitação de obrigações trabalhistas ([20657454](#));

39.1.5. Encarte V: Declaração de Sustentabilidade ([20658035](#));

39.1.6. Encarte VI: LGPD ([20661783](#));

39.1.7. Encarte VII: Declaração de Dispensa de Vistoria ([22352689](#));

39.1.8. Encarte VIII: Declaração formal de Vistoria ([22352879](#));



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Beckman Brandao, Assistente Administrativo**, em 06/09/2022, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José de Ribamar Veras Teixeira, Chefe de Unidade**, em 06/09/2022, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Santos Neto, Gerente**, em 06/09/2022, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Germana Modesto Cardoso de Oliveira, Chefe de Unidade**, em 06/09/2022, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geyzianne Lanny Santos de Lima, Chefe de Unidade**, em 06/09/2022, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24036026** e o código CRC **F2C6F021**.

Referência: Processo nº 23523.007083/2022-88 SEI nº 24036026

Criado por [julcielton.silva](#), versão 16 por [julcielton.silva](#) em 06/09/2022 09:46:59.